

ESCOLARIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Paula Silvianna Muniz Figueiredo (1); Orientador: Sílvia Alícia Martinez (4)

1. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF- paulasilvianna@yahoo.com.br
4. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF- Silvia-martinez@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla que surgiu do interesse de analisar as pesquisas relacionadas a formação da pessoa com deficiência para atuação docente. O assunto educação especial começou a chamar a atenção, principalmente, a partir da experiência de cursar o ensino superior (pedagogia) com uma colega de turma cega e, posteriormente, já na atuação profissional, trabalhar com uma aluna surda, matriculada no curso Normal Médio, do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert – ISEPAM, que buscava a formação para ser professora. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária pautada na equidade social supera a criação de leis e precisa ser naturalizada na formação social de cada cidadão para que a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais ocorra de forma plena. As experiências e estudos relacionados à educação inclusiva abordam, em sua maioria, professores sem deficiência atuando nas escolas de educação regular e no atendimento a alunos com deficiências. Na tentativa de compreender uma realidade complexa, na presente pesquisa perguntamos: como é a atuação do sujeito com deficiência na profissão docente? Assim, interessa à pesquisa ouvir do próprio indivíduo com deficiência como se deu seu processo de inclusão na sociedade, buscando se aproximar com mais precisão da realidade a ser compreendida. Dessa forma, por meio da pesquisa qualitativa, objetiva-se conhecer como se efetivou o acesso a escolarização e a profissionalização de professores com deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial; Atuação profissional; Professores; Pessoas com Deficiência.

Introdução

Percebe-se uma ausência do Estado na modalidade Educação Especial ao deixar de oferecer requisitos básicos para o atendimento ao deficiente nas escolas e a oferta de poucos estudos acerca de como é a formação profissional do aluno com deficiência e principalmente, a falta de estudos na formação do deficiente para atuação profissional. A partir de estudos sobre a trajetória de vida dos deficientes, que conseguem acesso e progressão no ensino superior, é possível perceber também a influência do contexto socioeconômico. Em âmbito nacional nota-se ainda certa escassez quanto à destinação de verbas específicas para a acessibilidade dos deficientes nas universidades, de serviços especializados para o atendimento e de campanhas sobre a importância de adaptações curriculares para a formação do deficiente.

Nos cursos de formação de professores há uma intensa discussão sobre os direitos dos alunos e educação inclusiva na escola e na sociedade, mas ao viver uma situação específica de inclusão num curso de formação de professor, ainda que de nível médio, foi possível perceber

que a consolidação das políticas de inclusão do deficiente para o acesso e progressão aos níveis de ensino, médio e superior, ainda não acontece.

No que tange à inserção nas atividades profissionais é possível perceber também a dificuldade da inclusão dos deficientes. Seja por falta de políticas escolares voltadas a justiça social, seja por falta de formação com qualidade para a atuação no universo de trabalho. A questão que predomina são as desigualdades de ingresso, de condições de permanência e de acesso aos empregos oferecidos dentro da sociedade. É necessário haver equidade nas oportunidades de trabalho a todos os que compõem a sociedade, deficientes ou não.

Discutir a inclusão social dos deficientes passa pelo caminho da tomada de decisão quanto às trajetórias de vida e à construção do projeto de vida das pessoas. A educação está no centro da inclusão e das ações sociais que visam a oportunidade de acesso a todos os níveis sociais. Assim, através da situação vivida e de todas as políticas de inclusão, percebe-se que há um desencontro de informações, fazendo-se necessária a averiguação e análise da realidade da atuação profissional das pessoas com deficiência, limitando-se a profissão docente e seu exercício no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Metodologia

A metodologia da pesquisa será de abordagem qualitativa a partir de trajetórias de vida, a fim de investigar se a inclusão acontece vida profissional do deficiente com foco na atuação docente. Na pesquisa qualitativa é necessário objetivar e teorizar os resultados encontrados ao longo da pesquisa, que parte sempre de um questionamento. Bogdan e Biklen (1994) apontam que as experiências educacionais das pessoas permitem um conhecimento mais amplo tanto no contexto escolar como nas situações vivenciadas fora da escola, gerando a construção de objetos de estudo e a percepção do sentido que diferentes pessoas atribuem a sua vida.

Na pesquisa qualitativa a pesquisa de campo na área das ciências humanas envolve constatação de fatos, escuta do dito, observação direta, observação participante, segundo Glat (2009). A utilização das entrevistas é uma ferramenta de escuta dos sujeitos que vivenciam determinadas situações. A autora ressalta que um tipo específico de entrevista é a chamada entrevista bibliográfica do método de história de vida. Isso envolve “tirar o pesquisador do seu pedestal e de ‘dono do saber’ e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: o que acredita que seja importante sobre a sua vida” (GLAT, 2009, p. 30). Logo, no contexto da pesquisa através da história de vida o vínculo do pesquisador com o sujeito deve ser bem desenvolvido.

Nóvoa (1995, p. 19) declara que “apesar de todas as fragilidades e ambiguidades, é inegável que as histórias de vida têm dado origem a práticas e reflexões extremamente estimulantes, fertilizadas pelo cruzamento de várias disciplinas e pelo recurso a uma grande variedade de enquadramentos conceptuais e metodológicos”.

Segundo Bertaux (2005), o estudo a partir dos relatos de vida – conceito que o autor utiliza para se referir à história de vida - consiste em tomar os depoimentos de forma bem extensa, buscando descobrir o máximo que puder de todos os aspectos do sujeito da pesquisa, seja no aspecto social, familiar, profissional e outros até começarem a aparecer os eixos mais determinantes. Quando isso acontecer, a entrevista pode ser mais direcionada, centrada em aspecto que pareça ser “digno de un estudio en profundidad”. (p. 20)

Nessa perspectiva, segundo Bertaux (2005, p. 21)

El relato de vida puede constituir un instrumento precioso de adquisición de conocimientos prácticos, con la condición de orientarlo hacia la descripción de experiencias vividas en primera persona y de contextos em los que esas experiencias se han desarrollado.

A partir da história de vida individual é possível caracterizar a prática social de um grupo. Partindo desse pressuposto serão realizadas as entrevistas para a coleta de informações, que serão norteadas por tópicos guias para auxiliarem no direcionamento da pesquisa, a fim de não perder o foco inicial. As mesmas serão gravadas, escritas e transcritas para conferência e aprofundamento das informações.

Resultados e Discussão

As reflexões sobre a aprendizagem dos alunos deficientes é algo bem recente na história da sociedade brasileira. O século XX foi o berço dessa discussão, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, na qual os estudos começaram a adquirir maior relevância. No século XXI se criaram políticas mais específicas ao atendimento do aluno deficiente.

A Educação Especial se constituiu, num primeiro momento, a partir de um modelo médico, já que foram esses os primeiros a chamar a atenção para os deficientes que se encontravam nas clínicas psiquiátricas, como revelam Glat e Blanco (2013, p. 19).

Embora essa abordagem seja hoje bastante criticada, é preciso resgatar que os médicos foram os primeiros a despertar para a necessidade de escolarização de indivíduos com deficiência que se encontravam misturados a população dos hospitais psiquiátricos, sem distinção de patologia ou de idade, principalmente no caso de deficiência intelectual.

No final dos anos de 1940 e nas décadas de 1950-1960, segundo Thoma e Kraemer (2017), as ações educativas para as pessoas com deficiência começaram a ser assumidas pelo governo federal por meio das campanhas que eram movimentos políticos visando expansão do atendimento educacional às pessoas com deficiência. A respeito das campanhas Mazzotta (2011, p 53) afirma que

a primeira a ser instituída foi a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB) pelo Decreto Federal n. 42728 de 3 de dezembro de 1957. As instruções para a sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial n. 114, de 21 de março de 1958, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1958.

Na década de 1960 mais campanhas ocorreram no país, podendo-se destacar a CADEME – Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, que segundo Mazzotta (2011) resultou na criação de um fundo especial para receber contribuições da União, dos estados, municípios, entidades paraestatais e legados particulares.

Na década de 1970 avanços no que se refere à educação especial e à busca pela integração das pessoas com deficiência continuaram. Houve muitas discussões a respeito dos lugares que atendiam as crianças, se eram locais de integração ou de segregação. Nessa década foi elaborada a Lei 5692/71, que complementava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 4024/61, e que trazia um artigo destinado a esses alunos: “Art. 9º: os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”.

Na década seguinte, de 1980, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trazia muitos avanços em relação à educação e ao tratamento da pessoa com deficiência, buscando a equiparação de oportunidades de acesso à pessoa com deficiência. Além de trazer em seu 5º artigo a igualdade de todos perante a lei, a Constituição prevê a responsabilidade da União no que se refere à saúde, assistência social, proteção e integração da pessoa com deficiência. A lei estabelece também a criação de um salário-benefício para todas as pessoas com deficiência que comprovem a impossibilidade para o trabalho, garantia de vagas em concursos públicos, a construção de prédios e locais adaptados para o acesso dos deficientes. Especificamente relacionado à educação são trazidos dois incisos de destaque quanto ao deficiente

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; V - acesso aos

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

A questão do salário-benefício foi um salto no sentido da integração do deficiente na sociedade, visto que as sociedades capitalistas têm a relação salarial como base da vida social e os que, por algum motivo, ficam a parte desse ambiente não são considerados cidadãos.

Além da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – nº 9394/96, deu ênfase à educação especial como modalidade de ensino. A referida lei traz em seu texto um capítulo inteiro dedicado à educação especial, relatando o conceito, a forma de atendimento nas escolas e os direitos dos alunos portadores de deficiência. O artigo 59 estabelece que

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Embora legalmente muitos avanços em relação ao deficiente podem ser contabilizados, nesse período, foi possível perceber que a falta de ações mais práticas contribuíram para a permanência de muito pré-conceito por parte de sociedade em relação a esses e as dificuldades de acesso às escolas regulares.

Na década de 2000 mais avanços em relação às políticas de atendimento às pessoas com deficiência podem ser elencados, como revela Kassir (2012, p. 841) “A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o ministério da Educação tem implantado um conjunto de programas e ações para a formação da política de educação inclusiva.”

No ano de 2015 foi promulgada a lei 13.146, de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e traz no seu artigo 1º

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Todos esses programas e legislações visam assegurar um atendimento digno aos alunos deficientes e garantir a inclusão na sociedade, a matrícula e permanência dos mesmos nas instituições de ensino.

Educação Especial: Alguns dados

Ao analisar as políticas educacionais no Brasil é possível perceber um grande distanciamento entre o que é legal e real, como ressaltam Cruz e Gonçalves (2013, p. 71)

A necessidade de entender a complexidade das políticas sociais da educação brasileira pede cautela na análise, principalmente ao se estudar os indicadores educacionais. Se, por um lado, o discurso legal cumpre um papel importante para que as práticas sociais de exclusão sejam denunciadas e quiçá alteradas, por outro, ao estudarmos a legislação brasileira e os documentos internacionais que versam sobre os direitos humanos, é muito comum nos espantarmos com a distância entre o discurso legal e a vida cotidiana.

Segundo dados da Sinopse Estatística da Educação Básica – anos bases 2015 e 2016 – (INEP, 2015, 2016) obtidos através da consolidação das informações coletadas através do Censo Escolar, percebe-se que no Brasil o número de matrículas na educação especial cresceu de 2015 para 2016. Outro fator que foi possível detectar é aumento de matrículas em classes comuns e a diminuição nas classes exclusivas.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Ano	2015			2016		
Matrículas	Total	Classe Comum	Classes Exclusivas	Total	Classe Comum	Classes Exclusivas
Brasil	930.683	750.983	179.700	971.372	796.486	174.886
Sudeste	351.862	264.615	87.247	365.421	282.733	82.688
Rio de Janeiro	54.562	42.000	12.562	56.654	44.897	11.757
Campos dos Goytacazes	1.231	1.231	-----	1.230	1.230	-----

Fonte: INEP 2016

No município de Campos dos Goytacazes de acordo com censo do IBGE (2010), existiam 150.006 mil pessoas com deficiência. Considerando que a população campista era na época do censo em 463.731 mil habitantes, 32% possuía algum tipo de deficiência. Entretanto, ao analisar os dados de 2015 e 2016, no que tange às matrículas na educação especial, percebe-se que a quantidade de alunos se manteve praticamente a mesma.

O Brasil vive, na década atual, um período de grande efervescência da democratização do acesso e permanência dos grupos menos favorecidos à universidade. O Decreto 5296/04, conhecido como a Lei da Acessibilidade, subsidia a garantia de acessibilidade e a integração de vários ministérios em prol de projetos que garantam a acessibilidade. Além disso, alguns programas como PROESP (programa da Capes em parceria com o Ministério da Educação) e

INCLUIR surgem como ações afirmativas para aprofundar a pesquisa e o conhecimento sobre a educação especial de qualidade (MIRANDA, 2011).

Zeppone e Brito (2013) ao realizarem um estudo sobre as produções científicas no Brasil em relação ao aluno com deficiência no ensino superior revelam que ao pesquisarem temas como ensino superior e deficiência; ensino superior e deficiente; ensino superior e trajetória escolar; e ensino superior e educação especial; encontraram apenas 1.829 trabalhos, que após um estudo minucioso dos conteúdos foram reduzidos a 51 trabalhos no período de 2000 a 2010.

No primeiro momento ao pesquisar as produções sobre professores com deficiência que atuam na educação básica no Banco de Dados de Teses e Dissertações – BDTD – foram encontrados os seguintes dados.

Tabela 1 – Produção acadêmica na BDTD (2011 - 2017)

DESCRITORES	BDTD	TRABALHOS RELACIONADOS À TEMÁTICA PESQUISADA
“Professor deficiente”	173	3
“Professor com deficiência”	518	5
“Professores com deficiência”	518	5
TOTAL	1209*	13*

Fonte: BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>; acesso em: 01 ago. 2017). Dados sistematizados pelo autor.

Foi possível evidenciar que a maior parte dos trabalhos realizados abordam as atividades de professores sem deficiência trabalhando com alunos com deficiência, os desafios para fazer as adaptações curriculares e a chegada do aluno com deficiência no ensino superior. Sobre a profissionalização da pessoa com deficiência, com foco na atuação docente, realmente não existem muitos trabalhos, o que permite compreender a originalidade do tema proposto para a pesquisa.

Realizando a mesma busca no Banco de Teses da Capes, através da pesquisa básica, constatamos a mesma situação dos trabalhos expostos na BDTD. Ao buscar o tema “professor deficiente” encontramos 805 trabalhos, mas nenhum relacionado a temática em estudo. Na tentativa de “professor com deficiência” foram sinalizados 987 trabalhos, mas novamente nenhum deles de acordo com o tema dessa pesquisa. Por último buscou-se “professores com deficiência” e entre os 959 apontados pela Capes, apenas 5 abordam a mesma proposta de pesquisa sobre atuação docente da pessoa com deficiência. A tabela abaixo expõe esse dados.

Tabela 2 – Produção acadêmica na CAPES (2011 - 2017)

DESCRITORES	DISSERTAÇÕES	TOTAL / TRABALHOS RELACIONADO À TEMÁTICA
“Professor deficiente”	805	0
“Professor com deficiência”	987	0
“Professores com deficiência”	959	5
TOTAL	2751	5

Fonte: Banco de Teses da CAPES (disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>; acesso em: 10 ago. 2017).

É fato que nos últimos anos as pesquisas em torno das pessoas com deficiência, principalmente na área de educação, estão progredindo, mas ainda há um longo caminho a percorrer. As pessoas com deficiência precisam ser ouvidas, contar suas trajetórias de vida para que as políticas de inclusão se efetivem cada vez mais na sociedade.

Formação e o Ingresso nas Atividades Docentes

Considerar a trajetória de vida de professores com deficiência perpassa pela formação tanto na escola básica como no ensino superior e traz questionamentos sobre a qualidade nos cursos de formação de professores. Além disso, demanda analisar a entrada na carreira e o cotidiano laboral do docente.

Em 1990 foi promulgada a Lei 8,112, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos e traz em um dos parágrafos o direito da pessoa com deficiência se inscrever em concursos públicos, assegurando até 20% do total de vagas oferecidas no concurso. Corroborando tal direito em 1999 foi publicado do Decreto 3.298 que dispõe sobre a política de integração da pessoa com deficiência. Segundo tal decreto é assegurado a pessoa com deficiência

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;

II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;

III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer; IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas; **V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no**

mercado de trabalho; e VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.

Para o ingresso ao mercado de trabalho da pessoa com deficiência, considerando a equidade de direitos, é importante num primeiro momento, refletir sobre a formação para tal atuação, nesse contexto a formação docente.

Imbernón (2016, p. 130) ressalta a intervenção direta e indireta que a universidade tem sobre a formação do professorado em todas as etapas da educação e destaca que

O fato dos professores e professoras fazerem cursos de graduação deveria significar um aumento do tempo de reflexão em uma carreira na qual este é bem escasso, em virtude de seu currículo extenso; tempo também para consolidar conhecimentos e para organizar nas escolas algumas práticas muito mais orientadas e elaboradas.

Nóvoa (1995, p. 17) ao refletir sobre a ação e o saber dos professores pontua que

O processo identitário passa também pela capacidade de exercermos com autonomia a nossa actividade, pelo sentimento de que controlamos o nosso trabalho. A maneira como cada um de nós ensina, está directamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino.

Diversas pesquisas foram realizadas nos últimos anos a fim de entender as problemáticas mais comuns que giram em torno da profissão docente. Imbernón (2016, p.103) destaca algumas

Os problemas mais usuais com que os professores recém-formados se deparam na atividade docente são (em ordem de importância): manter a disciplina em sala de aula; tratar diferenças individuais em sala de aula; trabalhar com material didático insuficiente; a motivação dos alunos para aprendizagem; como direcionar o relacionamento com os pais; a elaboração de uma programação para o dia; a avaliação dos resultados da aprendizagem; o problema do horário adequado aos tempos escolares.

Outro ponto que Imbernón (2016) chama atenção é para o desafio de se estabelecer critérios melhores para a seleção do que será trabalhado no ingresso aos estudos e no local de trabalho dos professores para uma atuação de mais qualidade. A esse desafio pode-se acrescentar o trabalho com a diversidade em sala de aula.

Segundo Glat e Blanco (2013, p. 160) para tornar-se de fato inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão para

rever as formas de interação vigente entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

Embora a educação especial seja um dos pilares para a construção da inclusão social, na realidade a formação dos professores precisa ser mais desenvolvida e trabalhada, a fim de

gerar maior segurança no desempenho em sala de aula e um conhecimento mais aprofundado sobre essa modalidade de educação. Além disso, é fundamental que os cursos de licenciaturas possibilitem a entrada no ambiente escolar de forma mais natural e sem tantos choques da teoria com a realidade encontrada.

Ao refletir sobre os saberes necessários aos docentes para o ingresso nas atividades escolares, Tardif (2014) fundamenta que é necessário um saber plural que envolva a formação profissional, os saberes disciplinares (ligados a diversos campos de conhecimento e transmitidos nos cursos universitários), curriculares (relacionados aos conteúdos, objetivos e métodos que são categorizados nos programas escolares) e experienciais (construído a partir da prática). O autor relaciona os saberes da seguinte forma:

Tabela 3: Saberes necessários ao exercício da docência

Saberes dos Professores	Fontes sociais de Aquisição	Modos de integração no trabalho docente
Saberes pessoais dos professores	A família, o ambiente de vida, a educação no sentido lato, etc.	Pela história de vida e socialização primária
Saberes provenientes da formação escolar anterior	A escola primária e secundária, os estudos pós-secundários não especializados, etc.	Pela formação e pela socialização pré-profissionais
Saberes provenientes da formação profissional para o magistério	Os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de reciclagem, etc.	Pela formação e pela socialização profissionais nas instituições de formação de professores
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho	A utilização das “ferramentas” dos professores: programas, livros didáticos, cadernos de exercícios, fichas, etc.	Pela utilização das “ferramentas” de trabalho, sua adaptação às tarefas.
Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.	A prática do ofício na escola e na sala de aula, a experiência dos pares, etc.	Pela prática do trabalho e pela socialização profissional.

Fonte: TARDIF, 2014, p. 63

Pensar a formação do deficiente para atuação no mercado de trabalho sobre esse prisma oportuniza a reflexão sobre os desafios tamanhos que têm que superar na sua formação. Além de todas as barreiras relacionadas a deficiência, é esperado, para uma boa atuação profissional, o desenvolvimento de todos os saberes acima mencionados.

Conclusões

Ações estão sendo implementadas para a inclusão dos deficientes, mas no que tange à formação superior ainda é um grande desafio para as universidades, tanto administrativa, como pedagogicamente. Efetivar as ações que oportunizem uma educação plena e de qualidade a todos os alunos com deficiência e a sua atuação profissional é extremamente necessária em uma sociedade com o histórico de tanta exclusão e negativas de direitos básicos como a brasileira.

A pesquisa maior ainda está em andamento, analisar a atuação docente é um desafio que perpassa tanto a formação inicial, como pela influência familiar e a motivação para a profissão. Ao observar os dados aqui apresentados é possível perceber que pensar a escolarização de pessoas com deficiência e sua atuação profissional é um solo fértil para diálogos entre diversas áreas da sociedade.

Referências

BERTAUX, Daniel. Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra. 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em janeiro de 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro, Brasília, DF, 1996.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília, DF, 2015.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knoop. Investigação Qualitativa em Educação. Portugal: Porto Editora, 1994. Trad. Maria João Alves, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CRUZ, Rosângela Aparecida Silva da; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Políticas Públicas da Educação Especial: o acesso de alunos com deficiência, da educação básica ao ensino superior. In: CAIADO, Katia Regina Moreno (org). Trajetórias Escolares de Alunos com Deficiência. São Carlos: Edufscar, 2013. 65-89p.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 15-35.

GLAT, Rosana. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. 2ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330100&idtema=92&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia>> Acesso em novembro de 2016.

_____. **Censo Demográfico, 2013.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330100&idtema=92&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|censo-demografico-2013:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia>> Acesso em novembro de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUINAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística da Educação Básica. 2015. Brasília: INEP 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: fevereiro de 2018.

_____. Sinopse Estatística da Educação Básica. 2016. Brasília: INEP 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: fevereiro de 2018.

IMBERNÓN, Francisco. Qualidade do Ensino e Formação do Professorado: mudança necessária. São Paulo: Cortez, 2016. Tradução: Silvana Cobucci Leite.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação Especial no Brasil: Desigualdades e Desafios no Reconhecimento da Diversidade. EducSoc, Campinas, v 33, n 120, p.833-849, jul-set 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em novembro de 2016.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 6ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de Pessoas com Deficiência na Universidade. In: JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Claudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; VICTOR, Sonia Lopes (orgs). Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2011. 120-134p.

NÓVOA; Antônio. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antônio (org). Vidas de Professores. 2ed. Portugal: Porto, 1995. p. 11-30.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governmento. 1ed. Curitiba, Appris, 2017.
ANEXO

ZEPPONE, Rosimere Maria Orlando. BRITO, Jessica de. Ensino Superior e Pessoas com Deficiência. In: CAIADO, Katia Regina Moreno (org). Trajetórias Escolares de Alunos com Deficiência. São Carlos: Edufscar, 2013. 93-114p.